

A NECROPOLÍTICA QUE A PANDEMIA DESVELA: GENOCÍDIOS, MASSACRES, CHACINAS E O RACISMO ESTRUTURAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA

THE NECROPOLITICS THAT THE PANDEMIC REVEALS: GENOCIDES, MASSACRES, MASS KILLINGS
AND THE STRUCTURAL RACISM OF BRAZILIAN SOCIETY

Ana Cristina Juvenal da Cruz¹

Tatiane Cosentino Rodrigues²

RESUMO: Este artigo apresenta alguns elementos para analisar os impactos da pandemia da Covid-19 sob a ótica racial. Trata-se de examinar seus efeitos sobre as diferentes dimensões da vida social em especial na educação e na reconfiguração das desigualdades raciais. O argumento central é o de que a pandemia desvela os efeitos estruturais do modelo de racismo que constitui a sociedade brasileira. Desse modo, esse contexto visibiliza e aprofunda, por meio de sua necropolítica explícita em que os modos de racialização são impostos no campo social, daí a designação adotada por algumas perspectivas de que se trata de uma pandemia racializada. O artigo apresenta tal argumento em duas partes: a primeira se debruça sobre o percurso teórico de Achille Mbembe que o permitiu elaborar o conceito de necropolítica; a segunda parte analisa tal conceito sob o contexto de recrudescência de modelos de cunho autoritário que impulsionam o modelo de gestão necropolítica cuja possibilidade se dá na articulação entre racismo e fascismo sob a lógica neoliberal. Desse modo, urge a questão do que pode a educação frente a esse contexto.

Palavras-chave: Necropolítica; Educação; Neoliberalismo; Racialização.

ABSTRACT: This article presents some elements to analyze the impacts of the Covid-19 pandemic in a racial perspective. It is a question of examining its effects on the different dimensions of social life, especially in education and the reconfiguration of racial inequalities. The central argument is that the pandemic reveals the structural effects of the model of racism that constitutes Brazilian society. In this way, this context makes visible and deepens, through its explicit necropolitics, the modes of racialization imposed in the social field, hence the designation adopted by some perspectives that it is a racialized pandemic. The article presents this argument in two parts: the first focuses on Achille Mbembe's theoretical way that allowed him to elaborate the concept of necropolitics; the second part analyzes this concept in the context of the upsurge of authoritarian models that drive the necropolitical management model, the possibility of which occurs in the articulation between racism and fascism under the neoliberal logic. In this way, the central question that what education can do in this context.

Keywords: Necropolitics; Education; Neoliberalism; Racialization.

1 Professora do Departamento de Teoria e Práticas Pedagógicas (DTPP) da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFSCar. Integrante da Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Subjetividade. [anacjcruz@ufscar.br]

2 Professora do Departamento de Teoria e Práticas Pedagógicas (DTPP) da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFSCar. Integrante da Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Subjetividade. [tatiane.rodrigues@ufscar.br]

O NOSSO AGORA...

Há no mínimo cinco meses estamos tentando lidar com todos os nossos sentidos com uma nova realidade ocasionada pelo surto global de COVID-19, mesmo como realidade transnacional, no Brasil, a singularidade dessa experiência não se restringe à ausência de uma política nacional de enfrentamento ao vírus, expresso na ausência de direção no Ministério da Saúde, mas com as ações cotidianas de um “chefe de Estado” que minimiza a gravidade do vírus, do número de óbitos e que por meio de suas redes sociais desinforma os próprios brasileiros sobre as medidas necessárias de proteção e enfrentamento à situação.

A estes fatos somam-se a execução parcial do orçamento COVID, menos de 50%, a não realização de testagem em grande escala, condição anunciada pela Organização Mundial da Saúde como ação prioritária de planejamento de qualquer política, inclusive de retorno das atividades escolares, abandonando Estados e Municípios, desconstruindo assim, qualquer possibilidade de um enfrentamento unificado, com diretrizes mínimas para todo o país.

Num país de extrema desigualdade social e racial, a letalidade do vírus recai sobre os pobres e com maior contundência sobre as pessoas negras (pretos e pardos). Gomes (2020), na publicação intitulada “A questão racial e o novo coronavírus no Brasil” afirma que essa realidade não reflete apenas uma simples coincidência da relação entre pobreza e raça, mas é fruto de uma perversidade histórica e estrutural ativamente produzida que se revela e agrava durante a pandemia.

Os indicadores por cor/raça são imprecisos, fato já denunciado por grupos que compõem a Coalizão Negra por Direitos, assim como a subnotificação, mas a letalidade do COVID recai na população com maior dificuldade de acesso às medidas sanitárias, às informações, recursos financeiros para compra de produtos de higienização.

Gomes (2020), ressalta como negros e negras encontram-se, em sua grande maioria, entre os moradores e moradoras das vilas, favelas, e periferias, no contingente cada vez maior da população de rua, entre os desempregados, assalariados, funcionários da limpeza urbana, auxiliares de enfermagem, maqueiros, motoristas de ambulâncias, faxineiras, porteiros de prédios e condomínios, prestadores de serviços, motoboys, motoristas de aplicativos, população carcerária, trabalhadoras domésticas e diaristas. Lugares sociais ocupacionais e sociais construídos no contexto das desigualdades, marcados pelo passado escravista, pela ausência de políticas para inclusão da população negra na sociedade após a abolição da escravatura e pela exploração capitalista (GOMES, 2020, p. 4).

À própria sorte estão também os povos indígenas e comunidades quilombolas, que têm enfrentado a pandemia, junto às ameaças de seus territórios, como a ação violenta da polícia militar em Minas Gerais que ateou fogo no acampamento do MST Quilombo Campo Grande, no sul do estado, desalojando 450 famílias em meio à pandemia, em agosto de 2020.

Junto às consequências diretas do vírus temos o aumento da situação de violência, na última semana foi divulgado o Atlas da Violência do IPEA de 2020. Segundo os dados o país precisa avançar nos efeitos da desigualdade racial, principalmente aos homicídios de adolescentes e jovens, que atingem especialmente os moradores homens de periferia e áreas metropolitanas dos centros urbanos. O Atlas de 2019,

em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios eram pretas ou pardas. Entre os adolescentes e jovens de 15 a 19 anos do sexo masculino, os homicídios foram responsáveis por 59,1% dos óbitos (IPEA, 2020, p. 30).

Em 2018, 68% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Enquanto entre as mulheres não negras a taxa de mortalidade por homicídios no último ano foi de 2,8 por 100 mil, entre as negras a taxa chegou a 5,2 por 100 mil, praticamente o dobro (IPEA, 2020, p. 37).

Segundo os dados do Atlas, o padrão de vitimização por raça/cor, que indica superioridade dos homicídios entre os homens e mulheres negros (pretos e pardos), em relação a homens e mulheres não negros chegando a ser 74% superior para homens negros e 64,4% para as mulheres negras. Quando comparamos com os mesmos indicadores da edição anterior do Atlas 2019, que trazia os dados 2007 a 2017, verificamos que a vitimização negra aumentou ainda mais, uma vez que esses índices para homens e mulheres, respectivamente eram de 73,15% e 63,4% (IPEA, 2020, p. 64).

Os dados não mensuram ainda os efeitos, mas indicam um aumento de 200% nas vendas de armas controladas pela Polícia Federal no primeiro semestre, e de 24% na venda de munições entre janeiro e maio.

Este é o nosso horizonte atual e é sob ele que precisamos agir.

PELO DIREITO UNIVERSAL À RESPIRAÇÃO: AS CONTRIBUIÇÕES DE ACHILLE MBEMBE PARA PENSARMOS O MOMENTO PRESENTE

Achille Mbembe é historiador, filósofo, e professor de ciências políticas na Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo, e no Departamento de Francês da Duke University nos Estados Unidos, é considerado um dos principais teóricos contemporâneos do pós-colonialismo. Em suas entrevistas, ele afirma que sua reflexão se insere na perspectiva de um diálogo intercultural, de crítica do tempo presente.

No “O direito universal à respiração”, Mbembe (2020), afirma o direito universal à respiração como direito fundamental à existência, direito originário de habitar a terra, próprio da comunidade universal e de seus habitantes, humanos e outros.

Em meio à ameaça de grande asfixia e da percepção de que o mundo está em suspenso, o autor ressalta que a transfiguração pelo meio digital a que estamos submetidos neste exato momento também é uma ilusão, “não haverá humanidade sem corpo, a humanidade não poderá conhecer a liberdade sozinha, fora da sociedade ou às custas da biosfera” (MBEMBE, 2020)

Se a covid-19 é, de fato, a expressão espetacular do impasse planetário em que a humanidade se encontra, então não se trata, como afirma o autor, simplesmente de recompor uma Terra habitável, trata-se, na realidade, de recuperar as fontes do nosso mundo, a fim de forjar novas terras.

Nos dedicamos, assim, em identificar nas produções de Achille Mbembe elementos que nos ajudem a pensar o tempo presente. São consideradas aqui os seguintes livros “Sair da grande noite”; “Crítica da razão negra”; “Políticas de inimizade” e “Brutalismo”.

Em “Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada”, Mbembe (2019) dedicou-se, entre outras discussões, à identificação de três momentos centrais no desenvolvimento do pensamento pós-colonial. O momento inaugural é o das lutas

anticoloniais, o segundo momento é o da publicação de Edward Said, “Orientalismo” e as obras seguintes, “O mundo, o texto, o crítico” e “Cultura e imperialismo” em que a violência colonial é compreendida como física e também epistêmica e a constituição dos estudos subalternos exemplificados pelos trabalhos de Ashis Nandy, Gayatri Chakravorty Spivak, Homi Bhabha corrente de reflexão histórica nascida na Índia e que desenvolve uma crítica da historiografia nacionalista e anticolonial ao tentar recuperar as vozes e habilidades históricas dos vencidos da descolonização através de uma revisão e de uma releitura seletiva do marxismo e por último o pensamento afro-moderno que se desenvolve nos contornos do Atlântico e que toma essa formação oceânica e transnacional como a própria unidade de sua análise, como por exemplo, os trabalhos de Paul Gilroy.

O terceiro momento é definido, segundo o autor, pela globalização, pela expansão generalizada da forma mercadoria e sua penhora da totalidade dos recursos naturais, das produções humanas, em suma, do conjunto vivo.

A crítica pós-colonial de uma forma geral mostra como nossa modernidade global deve ser pensada no início do século XIX, a partir desse período no qual a mercantilização da propriedade privada se efetua em concerto com a das pessoas, no momento do tráfico de escravizados. A era do tráfico também é a das grandes migrações, mesmo que estas tenham sido forçadas.

O pensamento pós-colonial não é um pensamento antieuropeu. Ao contrário, ele é filho do encontro com a Europa e os mundos que ela transformou em suas posses longínquas. Ao mostrar como a experiência foi codificada nas representações, divisões disciplinares, suas metodologias e seus objetos, ele nos convida a uma leitura alternativa de nossa modernidade para todos. Ele conclama a Europa a viver de modo responsável aquilo que ela diz ser desde suas origens, seu futuro e sua promessa. Em síntese o pensamento pós-colonial, segundo Mbembe:

O sumo do pensamento pós-colonial não considera a colonização nem como uma estrutura imutável e anistórica, nem como uma entidade abstrata, mas como um processo complexo de invenção de fronteiras e intervalos, de zonas de passagem e espaços intersticiais ou de trânsito. Paralelamente, sustenta que, enquanto força histórica e moderna, uma das suas funções consistia na produção da subalternidade. Nos seus impérios, várias potências coloniais tinham instaurado uma subordinação assente em bases raciais e estatutos jurídicos por vezes diferenciados, mas sempre, e em última instância, inferiorizantes. Em contrapartida, com vista a articular as suas reivindicações à luz da igualdade, muitos sujeitos coloniais procederam à crítica dos erros que a lei da raça e a raça da lei (e a do gênero e da sexualidade) tinham contribuído para criar. Logo, o pensamento pós-colonial analisa o trabalho concretizado pela raça bem como as diferenças assentes no gênero e na sexualidade no imaginário colonial, as suas funções no processo de subjetivação dos subjugados coloniais. Paralelamente, debruça-se sobre a análise dos fenômenos de resistência que marcaram a história colonial, as diversas experiências de emancipação e os seus limites, tal como os povos oprimidos se constituíram sujeitos históricos e influenciaram muito caracteristicamente a constituição de um mundo transnacional e diaspórico. Por fim, incide sobre a forma como os vestígios do passado colonial são atualmente objeto de um trabalho simbólico e prático, bem como as condições segundo as quais esse trabalho produz formas inéditas, híbridas ou cosmopolitas, na via e na política, na cultura e na modernidade (MBEMBE, 2019, p. 125).

Outros pontos podem ser destacados no livro, mas para o objetivo desta reflexão ressaltamos que um dos pontos centrais do trabalho é o resgate de como a tensão entre raça, cultura e nação não foi suprimida nem pela Revolução nem pelo republicanismo. Segundo o autor, “certamente a Revolução afirmara a primazia da igualdade de todos e o pertencimento comum à cidade republicana acima de todas as outras formas de distinção social ou racial. Mas ao mesmo tempo, a França revolucionária não deixara de fazer da diferença racial um fator de definição da cidadania (MBEMBE, 2019, p. 68).

Ao retomar um dos pressupostos Fanonianas de que “o negro não existe. Não mais que o branco”, o autor reafirma que a declosão do mundo (Fanon) pressupõe a abolição da raça como central para um projeto de autonomia humana, que é a descolonização.

O autor finaliza suas reflexões com a defesa de uma nova forma de humanismo, que o direito universal de herdar o mundo em seu conjunto seja reconhecido para todos (MBEMBE, 2019, p. 88-89).

Em “Crítica da razão negra”, Mbembe (2014) aponta as consequências da criação da raça e sua imbricação com o termo “negro” e, com isso, a maneira de ultrapassar essa condição. Como categoria originária, material e fantasmagórica, a raça, segundo Mbembe tem estado na origem de inúmeras catástrofes e terá sido a causa de devastações físicas inauditas, crimes e carnificinas.

Historiciza assim, três momentos, a espoliação organizada em proveito do tráfico atlântico (século XV a XIX), segundo momento, luta e reivindicação do estatuto de sujeitos (Revolução Haitiana, a luta pelo fim do apartheid e a luta por direitos civis) e o terceiro momento refere-se à globalização dos mercados, à privatização do mundo sob a égide do neoliberalismo, do complexo militar pós-imperial e das tecnologias eletrônicas e digitais que culminaria, segundo Mbembe no “devir negro do mundo” para se referir a um processo de universalização da condição negra. Negro compreendido como um produto da exploração radical que engendra o modo de sociabilidade do capital, condição de subsistência precária, vida coisificada e presença nadificada sistema que o engendrou. Expresso nas palavras de Mbembe:

Já não há trabalhadores propriamente ditos, já só existem nômades do trabalho. Se, ontem, o drama, do sujeito era ser explorado pelo capital, hoje, a tragédia da multidão é não poder já ser explorada de todo, é ser objeto de humilhação numa humanidade supérflua, entregue ao abandono, que já nem é útil ao funcionamento do capital. Vai se instalando a ficção de um novo ser humano, empresário de si mesmo, plástico e convocado a reconfigurar-se permanentemente em função dos artefatos que a época oferece (MBEMBE, 2014, p. 14).

Os riscos sistemáticos aos quais os escravizados negros foram expostos durante o primeiro capitalismo constituem agora, se não a norma, pelo menos o destino de todas as humanidades subalternas, daí a “universalização da condição negra”, segundo Mbembe, pela primeira vez na história humana, o nome “negro” deixa de remeter unicamente para a condição atribuída aos genes de origem africana (MBEMBE, 2014, p. 18).

A despeito da inexistência de raça, o autor problematiza a persistência dos processos de racialização com os quais se fabrica a diferença e o excedente, isto, nas palavras de Achille uma espécie de vida que pode ser gasta ou passada sem reservas.

A razão negra que compõe o título do livro designa então um “conjunto de discursos, práticas que consistem em inventar, contar, repetir e pôr em circulação fórmulas, textos, rituais, com o objetivo de fazer acontecer o negro enquanto sujeito de raça e exterioridade selvagem, passível, a tal respeito, de desqualificação moral e de instrumentalização prática” (MBEMBE, 2014, p. 58).

Mbembe na linha de Fanon não abandona a noção de universalidade, radicaliza-a para um sentido em que o universal não seja a obliteração das diferenças, mas o lugar das multiplicidades “um mundo em que o que partilhamos em conjunto sejam as diferenças. Um mundo em que saibamos que o que temos em comum são as diferenças que nos constitui. Só assim poderíamos realmente nos aproximar daquela concepção de identidade como uma auto-invenção incessante do nosso Eu e nos lançar na construção do comum.

Em “Políticas da inimizade” Mbembe (2017) retoma, em conexão com Fanon, a ideia de que estaríamos na sequência dos conflitos por descolonização vivendo a guerra no final do século XX que pouco a pouco libera movimentos conservadores, que fazem as democracias exercerem a ditadura contra elas mesmas.

Segundo Mbembe, “pouco a pouco nossas sociedades estão deixando a democracia para sociedades de inimizade” trata-se de uma recondução planetária da relação colonial e suas múltiplas reconfigurações nas condições contemporâneas e que não pouparão as sociedades do norte (MBEMBE, 2017, p. 14).

Mbembe argumenta que a colonização e a escravidão “representam o depósito amargo da democracia” e que esta relação foi sucessivamente dissimulada na modernidade. Em suas palavras democracia, escravidão e império colonial fazem parte objetivamente de uma mesma matriz histórica.

O cenário apresentado por Mbembe é o de um mundo em decadência em que conceitos como humanismo e democracia não suportam mais a dissimulação da sua essência violenta e que se revela na contemporaneidade como seu limite, sobretudo pela forma como ocorreu a reação à descolonização, pela qual sobreveio todo o poder do arsenal colonial guardado sob os ideais democráticos e todos os tipos de guerras convocadas à contra-insurreição.

Mais ainda, a violência colonial teve como função capturar a força do desejo no sujeito passivo e desviá-la para investimentos improdutivos. Ao fingir querer o bem do nativo em seu lugar, o aparato colonial não apenas procurou bloquear seu desejo de vida. O objetivo era atingir e diminuir sua capacidade de autoestima como agente moral (MBEMBE, 2017, p.16).

Mbembe afirma que seu objetivo é contribuir, a partir da África com uma crítica do tempo presente, o tempo da planetarização do mundo sob a égide do militarismo e do capital, que tem como última consequência, o tempo da saída da democracia ou de sua inversão. Identifica assim, quatro características deste período: (a) o repovoamento da Terra dentro da dinâmica colonial e escravista; (b) invenção de um humanismo que surge, juntamente com o desenraizamento geográfico e cultural como um processo de hierarquização dos seres humanos, (c) a introdução generalizada de ferramentas e máquinas de cálculo ou computação em todos os aspectos da vida social, possibilidade de manipulações biogenéticas e (d) uso da inteligência artificial para alterar voluntariamente a espécie humana - mesmo outras espécies vivas e

outros materiais aparentemente inertes coordenada com o aumento do poder de acumulação do capital através do uso de tecnologia da informação.

Mbembe discute, a partir das deportações e fronteiras a lógica de inimizade dentro das democracias liberais por forçado acirramento indentitário que consolida laços comunitários atávicos e distingue ou expulsa o que não lhe corresponde como sendo uma ameaça exterior à segurança da comunidade. A produção do outro como uma alteridade absoluta e ameaçadora se expressa nas fronteiras, nos muros, pelas técnicas de controle, subjugação e separação que lembram o apartheid tanto pelo caráter molecular da violência quanto pela destruição, exemplo da Palestina.

A proposta de igualdade universal foi sendo gradualmente substituída pela projeção, muitas vezes violenta de um mundo sem os muçulmanos ou estrangeiros que devem ser deportados.

O conceito de soberania de Foucault é aptontado por Mbembe como insuficiente para designar as práticas contemporâneas mediante as quais o político sob a máscara da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, opta pela aniquilação do inimigo como objetivo prioritário e absoluto. A guerra não se constitui mais como um modo para obter soberania, mas também como um modo de exercer o direito de matar.

No capítulo seguinte, intitulado “Necropolítica”, fundamental para o foco da discussão que estamos realizando. Segundo o autor, este conceito interpela o conceito de biopolítica, sendo que o que se entende como seu exercício é fundamentalmente a formação de uma tecnologia de controle da vida e a necropolítica coloca ênfase sobre o controle da morte e as condições concretas sob o Estado de sítio e o Estado de Exceção. Em torno desse direito do Estado de decidir a quem pode matar, está à noção de soberania nacional e o recurso à guerra como um meio legítimo de afirmá-la tanto quanto as relações de inimizade que são constituídas como fundamento de sua permissibilidade além da pretensa legalidade.

(...) propus a noção de necropolítica e necropoder para explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos”. O ensaio também esboçou algumas das topografias reprimidas de crueldade (fazenda e colônia, em particular) e sugeriu que, sob o necropoder, as fronteiras entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, martírio e liberdade desaparecem (MBEMBE, 2017, p. 146).

A necropolítica é a política da morte adaptada pelo Estado. Ela não é um episódio, não é um fenômeno que foge a uma regra. Ela é a regra. E Mbembe elabora esse conceito à luz do estado de exceção, do estado de terror, do terrorismo.

Mbembe sustenta que a democracia liberal como o capitalismo só existe a partir da servilidade, do racismo, do colonialismo e do imperialismo e esta é a lógica da inimizade que avança sobre as sociedades contemporâneas. No entanto, o que pesa sobre a sustentação das democracias atuais é menos a recriação literal dessa violência mas a dinâmica corrosiva que ela estabelece dentro das comunidades dado que não mais se podem recompor as mesmas fronteiras coloniais entre o “nós e eles, separar os amigos dos inimigos, por mais que se busque fazê-lo por meio de guerras ao terror e segregações étnicas, religiosas e raciais. Sendo assim, o grande perigo

para as democracias e o nacionalismo é efetivamente o outro que surge no seu interior, e a reação a ele pelo fascismo e a guerra civil, a verdadeira grande ameaça.

Achille chama atenção à produção de “seres de raça, ou seja, aos processos de racialização” sob novas modalidades. “O negro, hoje em dia, já não é apenas a pessoa de origem africana, marcada pela origem ou cor. O negro dos dias de hoje é uma categoria subalterna de humanidade, um gênero de humanidade subalterna, a parte supérflua e excedente, que nada serve ao capital e que parece ser destinada ao confinamento e à expulsão” (MBEMBE, 2017, p. 236).

Em “Brutalisme” Mbembe (2020) invoca a noção de brutalismo em referência ao movimento arquitetônico que expõe nas formas arquitetônicas os seus pilares, bases, estruturas de força que sustentam, a fundação bruta. Este conceito é mobiliado como diagnóstico, mas também categoria política para se referir ao que é característico do momento contemporâneo, dominado por três questões centrais: (a) o cálculo na sua forma computacional, (b) a economia na sua forma neurobiológica e (c) os seres vivos nas garras de um processo de carbonização.

As reflexões contidas neste ensaio, afirma o autor, nada mais são do que um longo argumento a favor de uma nova consciência planetária para a refundação de uma comunidade de humanos solidários com todos os seres vivos. Pertencer a um solo comum, tangível, palpável e visível não será, no entanto, na perspectiva do autor, um processo sem luta.

A combustão do mundo se refere à experiência do momento presente, à experiência do limite, que alguns terão vivido antes dos outros. Para muitas regiões do Sul, de fato, recriar o viver do insuportável tem sido uma condição durante séculos. A novidade é que agora partilhamos este calvário com vários outros que não podem se proteger por qualquer muro, nem fronteira, nem bolha ou enclave.

A experiência da queima do mundo e a mudança para os extremos não podem ser vistas apenas na exaustão vertiginosa somente dos recursos naturais, combustíveis fósseis ou metais que sustentam a infraestrutura material de nossa existência. Ela também se manifesta de forma tóxica na água que bebemos, na alimentação etc.

Assim, na perspectiva de Mbembe esta experiência coloca ao “norte” também à perda, principalmente na relação com o ambiente. O “norte” sempre teve políticas de segurança através do disciplinamento e controle dos corpos, sempre criou fronteiras com o que entendia ser ameaçador. Agora a insegurança do para este parte do mundo surge e não perde pelas ameaças do de fora, mas sim na relação com o ambiente, porque as tecnologias também criadas pelo “norte” também são insuficientes para este momento. Assim, pela primeira vez, sociedades que nunca conviveram com a escassez, terão de lidar com ela, esta ruptura generalizada, que é impulsionada pela escalada tecnologia é o que se denomina como brutalismo.

Brutalismo, segundo Mbembe, é a apoteose de uma forma de poder sem limites externos ou internos, e que renuncia ao mito da saída e do outro mundo por vir. Concretamente, o brutalismo é caracterizado pelo entrelaçamento estreito de várias figuras da razão: a razão econômica e instrumental, a razão eletrônica e digital e a razão neurológica e biológica. As máquinas se tornaram seres vivos, se autonomizaram, o que se autonomizou foi a lógica de funcionamento/de manutenção do mundo técnico. Se despreendeu da lógica de preservação da vida, em benefício da ordem técnica.

O que culmina, na perspectiva do autor, com impossibilidade de garantia dos direitos universais, poia a vivência não é mais orgânica e o que se universalizou neste momento é a condição de subalternidade.

Em síntese o grande desafio da contemporaneidade, segundo Mbembe, é compreender este mundo, atuar politicamente sobre este mundo, considerando a experiência histórica de populações que viveram a experiência da diáspora e da escassez, especialmente num momento em que os desafios se configuram como planetários.

São planetários porque são produto da combustão da terra, da natureza, mas esta combustão também traz consigo a combustão das relações sociais (conflitos étnicos, de classe, de religião, etc). Para o enfrentamento desta experiência, segundo Mbembe, é preciso construir saídas que considerem, recuperem as experiências históricas de enfrentamento das situações de escassez.

A experiência da diáspora africana é aquela com a qual nós temos contato (porque ela segue contemporânea) e que pode nos servir de base para um enfrentamento planetário dos limites da combustão.

O processo diásporico, as diversas formas de violência, inclusive subjetiva colocou os grupos étnico-africanos para enfrentamento de várias modalidades de subalternidade e nós não conhecemos nenhuma formação que tenha este repertório.

O HORIZONTE DO DESVELAMENTO

O percurso intelectual de Achille Mbembe, que culmina na construção do conceito de necropolítica como modelo de governo contemporâneo, nos permite avançar na proposição aqui delineada. O argumento de que a pandemia desvela os efeitos estruturais dos modos de funcionamento do racismo é espreado como uma problemática não apenas local, mas global. Isto posto, há que se debruçar nos conjuntos de debates, disputas políticas e projetos epistemológicos que mostram vinculações diferenciadas a esses modelos como modos de racialização. Uma miríade de correntes teóricas aliou uma combinação de fatores e abordagens que apresentaram novas problemáticas às questões educacionais. O contexto caminhava para a centralidade colocada por questões relativas à sexualidade, ao gênero, os estudos críticos de raça, do multiculturalismo, da diversidade, do reconhecimento temas que, de forma progressiva, adquiriram espaço no cenário internacional. No entanto, nosso contexto foi atropelado pelo real. Os efeitos da pandemia da Covid-19 reposiciona esses debates quando desvela as estruturas de funcionamento dessas questões.

O evento da pandemia, os números assoladores de mortes e o modo particular de recusa de elaboração da memória e do luto evidenciou, no caso brasileiro, suas estruturas mais profundas de formação. Sabe-se que isso não é novo. O Brasil é marcado pelos processos de apagamento histórico das suas violências explícitas. Isto poderia parecer contrastante da imagem de brasilidade acolhedora e de um povo festeiro e diverso que caracteriza parte de um imaginário nacional. Essa articulação é parte da engenharia que permite o modo de funcionamento do racismo. Aqui, sob esta temática vinculada a outras, a articulação entre o local e o global se mostra fecunda para os desafios contemporâneos. Para a efetividade que nossas problemáticas no campo da educação exigem, há de se constituir uma análise que congregue as problemáticas locais nos países junto aos temas globais em torno do papel da educação. Em tempos de recrudescimento de autoritarismos sob os

modelos de gestão contemporânea neoliberal, a educação tornou-se um campo de força.

Para a questão racial, o pensamento avançou na afirmação e análise do caráter estruturalmente racista das nossas sociedades modernas e liberais. Mas o que significa dizer que o racismo é estrutural? Qual a importância de uma abordagem dessa natureza? Dizer que é estrutural é importante porque nos leva a nos questionar as engrenagens do modelo. Dito de outro modo, a experiência do modelo de desenvolvimento das sociedades modernas e liberais funciona sob a lógica racializada. Ou seja, o modelo moderno e liberal carrega em seu bojo uma estrutura racista que o permite funcionar. Tal avanço dessa compreensão nos é permitido hoje, em razão dos estudos pós-coloniais, decoloniais, subalternos, feministas, feminismo negro que afirmaram que a resposta para as problemáticas de seus objetos de pesquisa está nos modelos de sociedade desenvolvidos a partir do capitalismo moderno, a partir da escravização e do tráfico transatlântico e do colonialismo. As autoras/es, em suas diferentes perspectivas inserem a colonização e a escravidão como horizontes históricos que influenciaram os modelos de análise que nos regem. Passemos a nos debruçar sobre este ponto para estabelecer a abertura para as discussões que giram em torno da segunda parte aqui apresentada, qual seja, a de que o contexto de recrudescência de modelos de cunho autoritário impulsionam o modelo de gestão necropolítica cuja possibilidade se dá na articulação entre racismo e fascismo sob a lógica neoliberal.

QUESTÕES AOS MODELOS POLÍTICOS DA ATUALIDADE E A QUESTÃO RACIAL

É reconhecido um fenômeno que ocorre de tempos em tempos de teorias que buscam solapar os dualismos. A ideia de um “pós” adquire centralidade e seu uso se apresenta na busca de demonstrar uma passagem temporal e uma ruptura epistemológica. No campo da teoria política, muitos nesses momentos, buscaram afirmar a não existência mais dos espectros de direita e esquerda. O “pós-político” teria se consolidado com a queda do muro de Berlin e da submissão das economias aos princípios do mercado. Arvorava-se o advento da era pós-ideológica de sociedades pós-ideológicas, o que levaria a um deslocamento da força de transformação política. Para Chantal Mouffe (2005) a recusa dos conflitos e do antagonismo no campo do político aliado aos fundamentos racionalistas e individualistas das democracias liberais é o que dá sustentação e ascensão aos modelos de direita, em sua versão populista.

Mas, as características do nosso momento histórico têm levado um conjunto de intelectuais a retomarem termos e acontecimentos que se pensava estariam fora do horizonte de análise. As leituras que tentam dar conta de nosso momento como um momento de emergência de governos autoritários de cunho fascista, tratando o fascismo como um fenômeno estrutural, buscam afirmá-lo como algo latente nas sociedades modernas e liberais e que, portanto, há um conjunto de termos e contextos que o fazem emergir. Dito de outro modo, os modelos construídos na ideia de indivíduo - da liberdade individual, do belicismo e da concorrência - como esteio da tradição liberal carregam tendências autoritárias de cunho fascista, pois o modelo de indivíduo se pauta na construção da supremacia de uma tradição ou da elaboração de um Outro. Em outras palavras, para algumas análises, há uma afirmação de

que pulsam nas sociedades liberais tendências autoritárias e fascistas e o modelo de democracia liberal não daria conta de impedir tal modelo. Sob esse escopo, uma analítica estrutural adquire ainda mais relevância, pois parte do princípio de que cada momento histórico tem/teria uma emergência de cunho fascista. Pois, como afirma Toni Morrison: “a genialidade do fascismo está no fato de que qualquer estrutura política pode hospedar o vírus, e praticamente qualquer país desenvolvido oferece um caldo de cultura adequado. O fascismo usa a retórica da ideologia, mas constitui de fato um fenômeno de marketing, a propaganda do poder.” (MORRISON, 2019 [1993] p. 1).

No caso do racismo, o fenômeno é estrutural de outra natureza. Se tal leitura sobre o caráter estrutural do fascismo, se pauta na tentativa de suplantar a ideia de que o fascismo é um fenômeno de um momento histórico datado, que seu limite se deu no momento de um acontecimento limite, as experiências fascistas impugnam-no no campo social, o que não ocorreu/ocorre com o racismo.

Não se trata, portanto, de dizer que há uma latência racista que emerge de tempos em tempos, em dada conjuntura histórica, com determinados elementos, mas há um tipo de socialização e de individuação que é racializada um tipo estrutural de constituição dos sujeitos de forma racializada. Assim, há nas sociedades que conviveram com a experiência da colonização e da escravidão (e no caso brasileiro de uma sociedade fundada e forjada a partir da escravidão), uma estrutura que molda os modos como somos socializados. Os/as autores/as pós-coloniais e decoloniais se dedicaram a essas questões, afirmando esse caráter de estrutura do racismo de como ele nos molda, como um modo de ordenamento que constitui a normalidade nos aspectos do desejo, da linguagem, da personalidade que aparece nas relações intersubjetivas e nas relações a si.

RACISMO E CONTEMPORANEIDADE

Durante muito tempo, intelectuais negras/os atuaram no sentido de lidar com a recusa do reconhecimento do caráter racista das sociedades ocidentais. No caso brasileiro, isso se deu no interior das análises dos denominados intérpretes do Brasil, para os quais a questão da raça era central, uma vez que o debate em curso era o da produção de um povo de uma identidade nacional. Ainda que essas linhas de um “pensamento social brasileiro» fossem imbuídos de certa associação com essa recusa, em seus textos a questão racial foi central para a constituição das leituras e dos problemas sobre o Brasil. Um recurso à arqueologia dessas ideias permite compreender que as questões giravam em torno da problemática do que fazer com um país miscigenado. Que tipo de povo dali sairia? A saída dada pela interpretação das obras e da leitura de Gilberto Freyre, pela via da democracia racial, deu vazão a essa problemática se constituindo como a leitura central das relações raciais brasileiras. Ou seja, um longo investimento para afirmar que a sociedade brasileira e as formas de vida que ela produz não são racistas.

Nos estudos sobre o fascismo, algumas análises argumentam pela existência de uma personalidade fascista, da existência de traços caracterológicos fascistas. Parte dessas análises, se sustentam na premissa de que o comportamento fascista aparece quando as pessoas estão em “processo de regressão” e/ou quando as sociedades estão em crise econômica. Dessa descrição há momentos históricos no qual isso ocorre. O que caracterizaria o racismo como fenômeno de outra natureza uma vez

que ele atravessa diferentes momentos históricos? Assim, há uma miríade de teorias que tentaram constituir os negros como inferiores em uma justificativa para a escravidão ou um impulso para a escravidão. Ou seja, alguns desses pressupostos que se constituíram em teorias, surgiram para justificar a escravização das populações africanas, pois estas se constituíram na figura do selvagem, uma das figuras da regressão que não ascenderam à razão.

Assim como outras/os intelectuais, Mbembe parte de um momento histórico específico: da articulação constitutiva da modernidade, da colonização e do capitalismo moderno. Em suas proposições contar a história da modernidade e do capitalismo é contar a história do colonialismo a partir dos seus processos de racialização (e poderíamos acrescentar do pensamento ocidental). Pela modalidade dos seus discursos, suas projeções normativas, seus modelos de julgamento, suas demandas, pela racionalidade construída pela projeção da diferença nos povos que desconheciam a noção de representação em seus sistemas de crenças da projeção de um «Outro», como no modelo desenvolvido por Edward Said sobre o oriental. O esforço teórico que esses campos e linhas procuram fazer é identificar a genealogia desses pensamentos no interior da história intelectual do ocidente. Em outras palavras, tentam descrever essa forma de ser, essa ontologia herdada das tradições do pensamento ocidental e buscam mapear o horizonte político dessas sociedades. Esse horizonte político, das sociedades produzidas a partir desses contextos, é o de pensá-las em como se projetam no império da identidade, do que está excluído da experiência social no âmbito político.

Assim, nossas questões devem girar em torno de diagramar a gramática que orienta a ação política na contemporaneidade. E ainda, quais vínculos estão sendo formados no interior dessa gramática. Toni Morrison, autora de entre outros textos, “*Amada*” e “*O olho mais azul*”, ganhadora do Nobel de Literatura de 1993, falou para uma plateia da Howard University há 25 anos. O texto “Racismo e fascismo” se inicia: “Não nos esqueçamos de que, antes de haver uma solução final, deve haver uma primeira solução, uma segunda, até mesmo uma terceira. O movimento rumo a solução final não é um salto. Exige um passo inicial, seguido de outro, e outro mais” (MORRISON, 2019 [1993], p. 1). A palestra se sustenta em 10 itens, o que atravessa o texto é a construção de um inimigo, o qual deve ser alimentado e mantido, prática própria e sustentadora do fascismo. Afirmo Morrison, no primeiro item: “Construa um inimigo interno, para servir tanto como foco quanto como algo que desvie a atenção daquilo que se deseja ocultar” (MORRISON, 2019 [1993], p. 1). Os itens avançam para os modos de construção e tratamento desse inimigo. O item sete, para pensar o lugar das construções intelectuais, é particularmente impactante “Use publicações acadêmicas e meios de comunicação de massa para caracterizar o inimigo como uma patologia; por exemplo, recicle o racismo científico e os mitos de superioridade racial para relacionar a patologia a determinados segmentos da população.” (MORRISON, 2019 [1993] p. 2).

O que assistimos é a articulação desse modelo com as bases do capitalismo neoliberal. Trata-se da injunção de um modo de vida atrelado à disposição ao empreendedorismo. Há, assim, um outro tipo de intervenção do Estado, a questão é onde o estado intervém. Não na economia, como os keynesianos projetavam, mas na psicologia social na disposição dos sujeitos a internalizar e organizarem-se nas ideias de iniciativa e empreendedorismo.

POR UMA EDUCAÇÃO EM DEFESA DA VIDA

O horizonte histórico de hoje nos permite, em primeiro lugar, abrimo-nos à necessidade de construir novas formas de pensamento que deem conta dos nossos processos. No caso da questão racial, trata-se de identificar um circuito de repetição de violência e terror racial. O terror racial, como desenvolvido entre outras/os por Paul Gilroy, é uma das linhas que perpassa a tese de que diversos acontecimentos, a escravidão de africanas/os negros, o Apartheid, os linchamentos nos EUA, são as histórias das pessoas que são torturadas e mortas pela cor de sua pele, que atravessam o tempo histórico aparecendo em diversas localidades geográficas. Isso ocorre desde as descrições das relações dos senhores de escravos³ e hoje essas histórias continuam no genocídio da juventude negra, na violência policial, etc. Gilroy afirma que “o terror racial não é meramente compatível com a racionalidade ocidental, mas, voluntariamente cúmplice dela” (GILROY, 2001, p. 120). Análises dessa natureza mostram como, no horizonte dos modelos de vida projetados pela modernidade, as vidas negras são historicamente descartáveis.

Há neste processo de repetição, uma patologia sádica que se reproduz a partir de uma projeção, historicamente constituída, dos negros como violentos, sexualmente incontroláveis e pouco afeitos ao trabalho. No caso das mulheres negras, essas são, sexualmente insaciáveis, bravas, agressivas. Tais fantasias constituem o que Mbembe chama de “processos de efabulação”. Há também, e faz parte desse contexto, um processo geral de anestesia com os episódios de violência e com as mortes e não somos capazes de produzir respostas novas porque as cenas de assassinatos são continuamente realizadas e mostradas e repetidas de forma incessante, até que nos acostumamos. É “normal” que os corpos negros sejam baleados, seus pescoços pisoteados, seus corpos arrastados por um carro em plena luz do dia, sob o sol. Essa repetição faz com que nossa sensibilidade se torne impermeável à violência racial. Isto é chave. O corpo é espaço da experiência social, lugar de memória, de história. Pois, trazemos em nós nos nossos corpos as muitas histórias que vieram antes de nós. Seja do terror considerados atualmente como terrorismo ou “sociabilização no ódio” como diz Achille Mbembe ou da resistência que nos faz teimosamente continuar.

Nosso tempo histórico nos exige a criação de outras sensibilidades políticas de imaginar um futuro, da recusa a uma vida na qual tudo é monetarizado. De nos permitir alterar nossa percepção. De afirmar o fundamental da política: de estabelecer aquilo que é inegociável.

Temos que escapar da letargia que tentam nos impor.

Nesse espectro, a educação torna-se central. Há que se compreender o lugar e função dados a ela no modelo de gestão social neoliberal. Isso requer compreender a forma que nos impõe o neoliberalismo um ethos que engloba e totaliza tem sido compelido à educação. Esse tempo requer que as pesquisas em educação visem a promoção de ações resilientes em conformidade com a urgência que este tempo pede.

3 Ver entre outras/os a tese de doutorado: Ferreira, E. Crianças negras e cotidiano jurídico na Ribeirão Preto do final dos Oitocentos. Tese de doutorado em educação. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos, 2019, 220 fls.

Nossa prática pedagógica deve ser politicamente orientada a este tempo presente. Deve questionar qual projeto de vida nos está sendo imposto. A resposta não poderá ser outra que não passe pela igualdade radical e pela justiça efetiva.

REFERÊNCIAS

GOMES, N. L. A questão racial e o novo coronavírus no Brasil, julho/2020. Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil. Disponível em: <https://www.fes-brasil.org/detalhe/a-questao-racial-e-o-novo-coronavirus-no-brasil>. Acesso em 25/08/2020.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA, Atlas da Violência 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlas-violencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em 25/08/2020.

MBEMBE, Achille. *Afriques indociles: christianisme, pouvoir et etat en société postcoloniale*. Paris: Editions Karthala, 1988.

_____. *Crítica da razão negra*. Tradução Marta Lança. Portugal: Antígona, 2014.

_____. Afropolitanismo. Tradução Cleber Daniel Lambert da Silva. *Áskesis*. Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, v. 4, n. 2, p. 68-71, jul./dez. 2015.

_____. Políticas da inimizade. Tradução Marta Lança. Portugal: Antígona, 2017

_____. *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

_____. *Brutalisme*. Paris : Éditions La Découvert, 2020.

_____. *O direito universal à respiração*. Tradução Ana Luiza Braga. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/020>. Acesso em: 20/08/2020.

MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. *Revista Sociologia e Política*. Dossiê democracias e autoritarismos. Curitiba, 25, nov. 2005, pp. 11-23.

MORRISON, T. Racismo e fascismo. *Revista Serrote*. 2019, No. 32 [1993] 3p.